

O problema da circularidade na fundamentação da ciência das meditações metafísicas de descartes

Edson Andrade*

Resumo

O artigo trata do problema da circularidade na fundamentação do conhecimento em Descartes. A acusação de círculo vicioso é tão antiga quanto a publicação das "Meditações Metafísicas" e temos as respostas do próprio Descartes ao problema. Nosso objetivo é analisar duas versões do problema. A versão n.1 se encontra na terceira meditação e com ela defenderemos uma circularidade. Muitos outros textos, todos diferentes entre si, como a quinta meditação, os "Princípios da Filosofia", duas Respostas à Mersenne e a Resposta à Arnauld, são classificados na versão n.2, aparentemente livre do problema. Trata-se nela de fundar a ciência das conclusões e o não o critério de verdade. Esses textos contêm, porém, dois problemas. Em primeiro lugar, não explicam a versão n.1, deixando-a intacta. Em segundo lugar, contêm muitas ambigüidades, remetendo-nos ao fundamento do critério de verdade.

Objetivo

Pretendo sustentar que o texto inicial da Terceira Meditação das Meditações Metafísicas leva a uma circularidade na fundamentação da ciência empreendida por Descartes. Para isso, analisarei os §§ 2, 3, 4 e 5 dessa meditação. Mas a formulação do "mesmo" problema, contida no final da Quinta Meditação, parece estar livre de circularidade. Analisarei, também, estes parágrafos finais (§§13-15), como o objetivo de encontrar uma formulação padrão. Compararei esta formulação padrão com outras passagens em que Descartes parece segui-la. Mas parece que nem mesmo elas estão isentas de ambigüidade. Concluirei que uma interpretação que aceite a formulação da Quinta Meditação deve responder a essas ambigüidades, à formulação da Terceira Meditação e a outras passagens que estão de acordo com a Terceira Meditação. Por fim, analisarei uma possível interpretação da formulação da Terceira Meditação, que a conciliaria com a formulação da Quinta Meditação.¹

* Professor de Filosofia da Universidade Oeste do Paraná (Unioeste).

1. O conteúdo deste artigo foi objeto de uma série de apresentações para um grupo de professores e alunos do Departamento de Filosofia da Unioeste. Agradeço, especialmente, aos professores Luis Portela e João Ferrer Guimaraes pelas suas interessantes contribuições.

1ª parte: O problema da circularidade na Terceira Meditação

Começarei com a análise dos §§ 2-5 da Terceira Meditação, a partir da qual pretendo concluir uma circularidade na fundamentação.

Análise do §2

No §1² é apresentado "tudo o que sei verdadeiramente, ou, pelo menos, tudo o que até aqui notei que sabia." Esse saber é assim enunciado: "Sou uma coisa que pensa."

Posso procurar, a partir desse primeiro ponto, outros conhecimentos.³

Na seqüência, Descartes afirma que ao ter uma certeza pode saber também quais os requisitos para se estar certo de uma proposição.

Tudo parece se passar da seguinte maneira. Tenho uma certeza: "sou uma coisa pensante". Quais as características desta certeza? Ser clara e distinta. Descartes, então, conclui que a clareza e distinção é a regra geral da verdade, ou seja: "todas as coisas que concebemos mui clara e mui distintamente são todas verdadeiras."⁴

Relendo o § 2 com mais atenção, percebe-se que ele não estabelece com firmeza a regra geral da verdade. "Eu sou uma coisa que pensa." é uma certeza. Essa verdade particular apresenta-se como uma percepção clara e distinta. Pode-se concluir somente que a clareza e a distinção *parece ser* a regra da verdade.

O próprio Descartes adverte, na mesma frase, que a clareza e distinção "não seria suficiente para me assegurar de que é verdadeira se em algum momento pudesse acontecer que alguma coisa que eu concebesse tão clara e distintamente se verificasse falsa."⁵ Ainda não se sabe, portanto, se a clareza e distinção é a regra da verdade. Se uma opinião se mostrasse clara e distinta e, mesmo assim, falsa, isso mostraria que a clareza e a distinção não são os traços do verdadeiro, ou, pelo menos, não são os traços suficientes do verdadeiro.

2. Os números dos parágrafos são da edição brasileira das *Meditações Metafísicas*: DESCARTES, 1979b.

3. DESCARTES, 1979b: 99.

4. DESCARTES, 1979b: 99. Todas as citações das *Meditações Metafísicas* apresentadas nas notas são da tradução brasileira. Comparei-as com as passagens da edição francesa (Alquié) e da tradução do latim (Fausto Castilho). Como as passagens a que me refiro totalizam três páginas (uma para a 3ª e duas para a 5ª Meditação) não é necessário indicá-las nessas outras versões.

5. DESCARTES, 1979b: 99.

Na frase posterior, Descartes afirma que pode usar a clareza e distinção como regra da verdade. Mas é preciso não esquecer que afirma "parece-me": "E, portanto, parece-me que já posso estabelecer como regra geral..."⁶
Temos a seguinte seqüência de passos:

- 1) A descoberta da clareza e distinção como regra (ou requisito) da verdade,
- 2) A possibilidade de que algo claro e distinto seja falso e que, portanto, a clareza e a distinção não seja a regra da verdade,
- 3) Uma posição provisória ("parece-me que") de que a clareza e distinção seja a regra da verdade.

Análise do §3

A indecisão sobre a regra da verdade do § 2 será, agora, investigada de um modo mais decisivo. O §3 começa tentando colocar em dúvida a regra da verdade.

"Todavia, recebi e admiti acima várias coisas como muito certas e muito manifestas, as quais, entretanto, reconheci depois serem duvidosas e incertas."⁷

No meio do §2, Descartes tinha suposto que uma percepção clara e distinta poderia ser falsa. No final do mesmo §2, pensou que podia tomar tal percepção como regra da verdade. Parece não haver dúvida de que o §3 começa com um *todavia* a respeito do que foi afirmado no §2 sobre a regra da verdade.

Vejamos as razões apresentadas para esta nova dúvida. Existem opiniões que tomava como certas e que *depois* percebi serem incertas, mas não necessariamente falsas, como supunha o §2. Neste contexto, isso deve significar: percebi com clareza e distinção que eram verdadeiras e, depois, percebi que eram falsas ou duvidosas. O que isso pode significar?

Pode significar duas coisas diferentes:

1*) A descoberta de uma opinião realmente clara e distinta e falsa (ou duvidosa, incerta). A regra da clareza e distinção deve ser abandonada.

6. DESCARTES, 1979b: 99.

7. DESCARTES, 1979b: 100.

2ª) A necessidade de uma reavaliação da opinião, que julgava clara e distinta.

Nessa segunda possibilidade, algo parecia-me claro e distinto, mas, depois, se apresentou como falso ou duvidoso. Na verdade, não o concebia clara e distintamente. Havia apenas um engano no julgamento de sua clareza e distinção e não uma efetiva clareza e distinção. A regra da clareza e distinção, neste caso, permanece válida.

Essa 2ª possibilidade é justamente o caso citado nesse § 3. Quais eram as coisas que tomava como certas e que reconheci, depois, serem incertas? Eram as coisas recebidas⁸ "por intermédio dos sentidos".

Nesta concepção pelos sentidos havia algo de claro e distinto, mas *também* algo que não era claro e distinto.

O que era claro e distinto era que tinha idéias das coisas que pensava perceber pelos sentidos. E Descartes afirma que tal dimensão dessa concepção é ainda clara e distinta.

Ora, o que é que eu concebia clara e distintamente nelas? Certamente nada mais exceto que as idéias ou os pensamentos dessas coisas se apresentam ao meu espírito. E ainda agora não nego que essas idéias se encontrem em mim."⁹

O outro lado dessa percepção pelos sentidos, é que além de admitir que existiam as idéias dessas coisas, eu também aceitava que haviam coisas fora de mim, que correspondiam a essas idéias. E essa afirmação, e somente ela, foi colocada em dúvida.

Mas havia ainda outra coisa que eu afirmava, e que, devido ao hábito que tinha de acreditar nela, pensava perceber mui clara e distintamente, embora na verdade¹⁰ não a percebesse de modo algum, a saber, que havia coisas fora de mim donde procediam essas idéias e às quais elas eram inteiramente semelhantes. E era nisso que eu me enganava (...)¹¹

A concepção pelos sentidos pode ser dividida em duas partes:

1ª - Tenho a idéia das coisas sensíveis. Essa concepção é verdadeira e clara e distinta. Logo, tal lado da questão não coloca em dúvida a regra da clareza e distinção.

8. Ou concebidas.

9. DESCARTES, 1979b: 100.

10. Todos os sublinhados das citações das obras de Descartes desse artigo são meus.

11. DESCARTES, 1979b: 100.

2ª - Penso que as coisas, de que tenho idéias, existem fora de mim. Essa parte da concepção é duvidosa e não é clara e distinta. Apenas pensava erroneamente (devido ao hábito) que era clara e distinta. Logo, também esse lado da questão não questiona a regra da clareza e distinção.

Por enquanto, não encontramos uma exceção à regra, "uma coisa que eu concebesse tão clara e distintamente [que] se verificasse falsa."¹²

Análise do §4

Trata-se, agora, de colocar em dúvida a regra da verdade. No §3, estava diante de uma falsa percepção clara e distinta, que foi desmascarada como tal. Agora, estou diante de uma percepção clara e distinta que se mostra duvidosa. Ora, se uma percepção clara e distinta é duvidosa, então não podemos confiar em percepções claras e distintas e, portanto, temos que abandonar a regra geral da verdade, proposta no §2.

Descartes começa o §4 referindo-se a opiniões diferentes daquelas baseadas nos sentidos. Elas são consideradas muito simples e muito fáceis: as verdades da matemática. Quando percebo a verdade " $2 + 3 = 5$ ", percebo-a com muita clareza e distinção. Não se trata, pois, de uma concepção que pensava ser clara e distinta e que, depois, descobri não ser.

Por que Descartes julgou que podia duvidar destas certezas ? " (...) não foi por outra razão senão porque me veio ao espírito que talvez algum Deus tivesse podido me dar uma tal natureza que eu me enganasse mesmo no concernente às coisas que me parecem as mais manifestas."¹³

A hipótese do Deus enganador não faz Descartes abandonar pura e simplesmente a concepção clara e distinta. Tal concepção não é mais absolutamente segura e, ao mesmo tempo, não é abandonada.

A partir de agora haverá uma oscilação entre a percepção clara e distinta e a hipótese do Deus enganador. Tal oscilação pode ser apresentada através de duas situações:

Situação A: Quando percebo uma opinião com clareza e distinção, re-conheço-a como verdadeira.

Situação B: Quando penso no Deus enganador, reconheço que ele pode me enganar em tudo, mesmo no mais evidente.

12. DESCARTES, 1979b: 99.

13. DESCARTES, 1979b: 100.

A situação B está expressa na passagem:

Mas *todas as vezes que* essa opinião acima concebida do soberano poder de um Deus se apresenta a meu pensamento, sou constrangido a confessar que lhe é fácil, se ele o quiser, proceder de tal modo que eu me engane mesmo nas coisas que acredito conhecer com uma evidência muito grande.¹⁴

A situação A segue-se:

E, ao contrário, todas as vezes que me volto para as coisas que penso conceber muito claramente sou de tal maneira persuadido delas que sou levado, por mim mesmo, a estas palavras: engana-me quem puder, ainda assim jamais poderá fazer que eu nada seja enquanto eu pensar que sou algo; ou que algum dia seja verdade que eu não tenha jamais existido, sendo verdade agora que eu existo; ou então que dois e três juntos façam mais ou menos do que cinco, ou coisas semelhantes, que vejo claramente não poderem ser de outra maneira senão como as concebo.¹⁵

Temos, assim, a dúvida sobre a regra da clareza e distinção pela hipótese do Deus enganador. Ao mesmo tempo, não se abandona a regra, certamente na intenção de restabelecê-la em outra ocasião; do contrário, ela seria já completamente descartada.

A Dúvida sobre o Cogito

Deve ficar bem claro que Descartes não só duvida da regra, mas também do cogito, do qual ela tinha sido tirada. O cogito está formulado nesta frase do §4:

“(...) engane-me quem puder, ainda assim jamais poderá fazer que eu nada seja em quanto eu pensar que sou algo.”¹⁶

Poderia, talvez, ocorrer que o cogito fosse verdadeiro, enquanto a regra da clareza e distinção fosse colocada em dúvida. O que Descartes apresenta como claro e distinto aqui é, por exemplo, uma verdade matemática ($2 + 3 = 5$). Mas tal verdade pode ser colocada em dúvida pelo gênio maligno (mesmo sendo clara e distinta), enquanto o cogito não.¹⁷

14. DESCARTES, 1979b: 100.

15. DESCARTES, 1979b: 100.

16. DESCARTES, 1979b: 100.

17. O cogito é a origem da regra da clareza e distinção num momento em que a matemática era dubitável. Mas, agora, Descartes coloca como um exemplo de clareza e distinção tanto o Cogito quanto a matemática. Restrinjo-me, aqui, a indicar tal problema.

Em vez de deixar o cogito como uma exceção, Descartes duvida da regra da clareza e distinção e toma, como um dos casos de opinião clara e distinta, justamente o cogito.

O cogito poderia ser verdadeiro, sem que soubesse o que me leva a reconhecê-lo como tal. Ele teria a estrutura da clareza e distinção e, ao mesmo tempo, poderia não ser verdadeiro somente por isso.

Fica então claro o seguinte:

A regra e o cogito pareciam verdadeiros antes da prova da existência de Deus.

A hipótese do Deus enganador (ou do gênio maligno) colocou em xeque a regra e o cogito.

A regra e o cogito dependem de que a hipótese do Deus enganador seja descartada.

A regra e o cogito poderão ser verdadeiros depois da prova da existência de Deus.

A Dúvida sobre as Máximas

A verdade "(...) ou que algum dia seja verdade que eu não tenha jamais existido, sendo verdade que eu agora existo (...)"¹⁸ é uma versão de uma máxima ou axioma: "(...) que o que foi feito não pode não ter sido feito (...)"¹⁹

Se Descartes coloca o Deus enganador contra tal máxima, então todas as outras máximas estão suspensas até que se prove a existência de um Deus bom. Se isso é sustentável, então o cogito, a regra da evidência e as máximas estão suspensas, até o estabelecimento do Deus bom.

Análise do §5

Neste §5, Descartes formula a saída para a oscilação entre a aceitação da regra e a hipótese do engano.

Ele inicia com uma afirmação bem afastada do máximo rigor do parágrafo anterior. Afirma que não há razão para acreditar que Deus seja enganador: "(...) não tenho nenhuma razão de acreditar que haja

18. DESCARTES, 1979b: 100.

19. DESCARTES, 1979b: 170. DESCARTES, 1978: 94.

algum Deus que seja enganador (...)"²⁰ Não fundamenta tal afirmação e segue concluindo que, por não ter tal razão, o motivo de duvidar é bem frágil.

Volto à oscilação indicada pelas situações A e B. Os dois lados parecem muito fortes; caso contrário, por que haveria uma oscilação? Agora (§5), porém, Descartes parece dizer que um dos lados é bem frágil. Parece que posso concluir que não devo levar tão a sério a hipótese do Deus enganador.

Mas Descartes abandona imediatamente essa via, e retorna a sua exigência radical: "Mas, a fim de poder afastá-la inteiramente, devo examinar se há um Deus (...) devo também examinar se ele pode ser enganador (...)".²¹

Se provar que há um Deus e que ele não é enganador, não poderei mais levantar a hipótese de um Deus enganador. A oscilação desaparece e a regra da verdade se estabelece automaticamente.

Provar que Deus existe, e que não é enganador, passa a ser um alicerce fundamental para a realização da ciência:

" (...) sem um conhecimento dessas duas verdades, não vejo como possa jamais estar certo de coisa alguma (...) "²²

Esquematizarei o que foi colocado nestes parágrafos, e questionarei a possibilidade da pretensão cartesiana.

- 1) Tenho o cogito, que parecia uma verdade independente de qualquer outra.
- 2) Tenho a regra da verdade, que é necessária para julgarmos nossas opiniões.
- 3) Deveria ter certas máximas evidentes por si, para realizar a prova da existência de Deus.

Após a hipótese de Deus enganador, devo:

- a) Duvidar do cogito.
- b) Duvidar da regra da verdade.
- c) Duvidar das máximas.

Depois de provar que Deus existe, e que não é enganador, elimino a, b e c. Finalizo as análises dos §§2-5 da Terceira Meditação. Sustentarei que esses parágrafos apresentam uma circularidade.

20. DESCARTES, 1979b: 100.

21. DESCARTES, 1979b: 100.

22. DESCARTES, 1979b: 100.

Questionamento do procedimento cartesiano

O problema da circularidade na fundamentação da ciência pode ser formulado assim: A regra da verdade (uma percepção clara e distinta é verdadeira) necessita fundar-se no conhecimento da existência de Deus. Mas tal conhecimento só pode ser um conhecimento claro e distinto.

Ou seja, como podemos provar que Deus existe e é bom, sob a hipótese de que seja enganador ?

Essa formulação do problema da circularidade é aceita por Descartes, embora ele insista em afirmar que não cometeu uma tal circularidade. A análise do texto dos §§2-5 mostra que ele realmente cometeu o círculo vicioso. Veremos que este problema possui outra versão, essa sim, ao que parece, defensável da acusação de círculo, que se encontra na Quinta Meditação. Nas Respostas às Objeções, Descartes parece se referir a esse texto, ignorando o texto da Terceira Meditação.

2ª parte: O Problema da Circularidade na Quinta Meditação

A formulação do problema aparece aqui de um modo bem diverso da formulação do início da Terceira Meditação. Quando Descartes responde às críticas, parece sempre tomar como base essa formulação.²³

Em primeiro lugar, apresentarei o problema no §13 da Quinta Meditação. Trabalharei tal formulação desse §13 para esboçar uma formulação padrão do problema. Mostrarei, depois, como a formulação padrão adequa-se ao § 14 da Quinta Meditação, ao texto dos "Princípios da Filosofia", à resposta a Mersenne (em suas duas formulações), à resposta a Arnauld e ao § 15 que encerra a Quinta Meditação.²⁴ Como não reproduzirei os textos em questão, a comparação direta com eles torna-se indispensável.

23. Beyssade afirma que Descartes sempre responde da mesma maneira aos seus críticos. Os textos que consultamos parece confirmar tal tese. Ocorre que há textos nas Meditações, Discurso do Método, etc. que destoam dessa formulação padrão da Meditação Quinta.

24. Devemos fazer as seguintes distinções quanto aquilo que podemos ou não lembrar, e que geraria a necessidade de uma fundamentação: 1) Posso lembrar de que concebi clara e distintamente. 2) Posso lembrar das conclusões. 3) Não posso lembrar das razões (ou da demonstração ou da ordem). Após a prova da existência de Deus, e, portanto, da fundamentação, essa situação permanecerá idêntica.

O § 13 da Quinta Meditação

A) Compreendo²⁵ algo bastante clara e distintamente.

O Espírito está ligado a uma coisa.

B) Se "A", então sou levado naturalmente a acreditá-lo verdadeiro.

C) 1) Num momento posterior: Não estou mais com o espírito ligado.

2) **RECORDO**: "ter julgado uma coisa verdadeira".

3) Não considero mais as RAZÕES que me obrigaram a julgá-la verdadeira²⁶

D) Posso duvidar da verdade.

Motivo: Pode acontecer que outras razões se apresentem, "as quais me fariam mudar da opinião."²⁷

E) "D" só aconteceria se ignorasse que há um Deus.²⁸

A partir dessa análise, formularei um modelo de solução, que chamarei de formulação padrão, tendo em vista a representação de uma solução unificada.

A formulação padrão

A) Compreendo com clareza e distinção./ Tenho atenção sobre o que compreendo.

B) Sou levado a acreditar que o claro e distinto é verdadeiro.

C) 1) Desvio minha atenção.

2) Mas Recordo: "ter julgado uma coisa verdadeira"²⁹

3) Não considero mais as razões.

25. Em latim: percebo. Nessa e em outras notas, indicarei algumas expressões diferentes que aparecem na tradução do texto latino, que podem sugerir uma idéia diferente.

26. Em latim: a lembrança de um juízo.

27. Isso não significa que estas razões se apresentarão efetivamente, mas que poderia ocorrer que se apresentassem. O que é importante é a mera possibilidade de outras razões, que me fizessem mudar de opinião. A dúvida do § 14 se deve ao fato de que percebi a verdade e, depois, tive efetivamente que mudar, em função de outras razões que efetivamente se colocaram. A situação será diferente.

28. Se provo que Deus existe, então posso concluir: Se me lembro de ter compreendido clara e distintamente, então a percepção é clara e distinta e, portanto, verdadeira. Se não provo que Deus existe, então posso concluir: Nunca terei uma ciência verdadeira e certa. Posso me lembrar de ter concebido clara e distintamente e a concepção não ser clara e distintamente, já que não lembro das razões.

29. Recordo-me de que demonstrei, mas não da própria demonstração.

D) Posso duvidar da verdade. Motivo: Pode acontecer que outras razões se apresentem, "as quais me fariam mudar da opinião".

E) "D" ocorre somente se ignoro Deus. Se Deus existe, então a Ciência está estabelecida.

O § 14 da Quinta Meditação

Neste § 14, Descartes oferece um exemplo para o parágrafo anterior, reproduzindo a estrutura de seu raciocínio, confirmando a formulação padrão.

Neste § 14 também aparece a palavra demonstração, que não aparecia no parágrafo anterior. Isso será importante, na medida em que é diferente dizer apenas que posso duvidar, de dizer que posso duvidar porque não considero mais as razões.

No ponto C do § 14 não aparece o C3 da formulação padrão, embora ele apareça logo depois, confirmando sua presença no raciocínio. O modo como aparece em D, pode modificar o conteúdo desse C3.

O ponto D aparece modificado. Dado C, então posso duvidar da verdade da demonstração. Por que isso pode ocorrer? Porque posso ter sido feito pela natureza (ou Deus) de tal modo que possa enganar-me, mesmo com relação a evidência e certeza. Ora, essa consideração pode ser entendida de modo muito geral, e posso pensar que a dúvida não surge somente em função das outras razões.

Além disso, Descartes usa a expressão "principalmente", dando a entender que o desvio da demonstração, e a possibilidade de existirem outras razões, é um dos motivos da dúvida sobre a opinião em questão e não, como poderia parecer, segundo a formulação padrão, o único motivo.

Deste modo, o § 14 parece destoar da formulação padrão num ponto muito importante. A frase "Pois posso persuadir-me de ter sido feito de tal modo pela natureza que possa enganar-me facilmente, mesmo nas coisas que acredito compreender com mais evidência (...)"³⁰ permite que se entenda que sou sujeito a me enganar pura e simplesmente, e aproxima este § 14 do círculo da Terceira Meditação. Aqui, Descartes parece afirmar que posso ser enganado no que percebo com evidência, o que seria suspender o critério de evidência em função da potência da natureza.³¹

30. DESCARTES, 1979b: 127.

31. No § 22 da Sexta Meditação, Descartes afirma que Deus e a Natureza em geral são a mesma coisa. DESCARTES, 1979b: 136.

Deixando de lado esse ponto, o § 14 pode ser interpretado como uma reprodução da formulação padrão. A frase de Descartes, citada acima, se referiria a um engano quanto ao passado. O motivo principal seria a possibilidade de outras razões; havendo, também, outros motivos.

Os "Princípios da Filosofia" (§13)³²

Esse § 13 reproduz quase todos os passos da formulação padrão, mas contém também algumas diferenças importantes.

Ele não fala das razões (ou das outras razões), mas de ordem e de demonstração, que parece poderem ser identificadas.

Descartes se refere aí às *noções comuns*, de cuja verdade não pode duvidar. Por meio delas, pode realizar demonstrações (*ordens*) que levam a outras verdades, que ele chama de *conclusões*.

O ponto A ocorre quando ele afirma "Enquanto apreende estas noções, bem como a ordem de que deduziu tal conclusão (...)".³³ Enquanto está assim atento, o pensamento tem segurança da verdade (ponto B). Mas os pontos C e D estão um pouco modificados.

O texto reproduz o C1 da formulação padrão. Descartes afirma, depois, que só pode lembrar-se da conclusão, sem a ordem (demonstração) da qual surgiu. Mas o C2 não aparece, ou seja, Descartes não afirma que se lembra de que demonstrou. A não ser que possa supor C2 implícito na lembrança das conclusões.³⁴ E C3 parece ocorrer quando Descartes afirma que não leva mais em conta a ordem.

O motivo pelo qual posso duvidar da conclusão (ponto D) parece ambíguo. Já que aparece a idéia da ordem no começo da frase, o autor de meu ser pode me enganar no sentido de que a ordem pode não ter sido bem realizada. Mas a frase que se segue também pode ser entendida num sentido amplo, concordando com o círculo da Terceira Meditação. "(...) pensa que o autor do seu ser teria podido criá-lo com tal natureza que se iludisse em tudo o que lhe parece muito evidente (...)".³⁵

Ainda restaria a investigar se o "distintamente" não restringiria o poder do Deus enganador.

32. DESCARTES, 1978: 66.

33. DESCARTES, 1978: 66.

34. O que parece ser verdadeiro, segundo essa passagem: "(...) ao passo que nos lembramos de que foram deduzidas de princípios mui evidentes; pois essa lembrança deve pressupor-se para que possam chamar-se conclusões." DESCARTES, 1979c: 161.

35. DESCARTES, 1978: 66.

A 1ª Resposta a Mersenne (Segundas Objeções, "Em terceiro lugar...")³⁶

A resposta que Descartes oferece a Mersenne é mais reduzida que as versões anteriores, mas pode ser comparada com a formulação padrão.

Descartes afirma que não pretendia fundamentar, através de Deus, todas as verdades, mas apenas a Ciência das conclusões. Muitas vezes me lembro das conclusões, mas não tenho mais a consciência das razões de onde as tirei. A resposta só se refere ao fato de que lembro a conclusão, e que não tenho mais as razões. Embora não inclua os outros pontos, essa versão é compatível com a formulação padrão. Os pontos A, B, C1 não aparecem, mas posso considerá-los implícitos. O ponto C2 não aparece, a não ser que possa estar implícito na lembrança das conclusões.³⁷ O ponto C3 aparece explícito. O ponto D pode ser considerado implícito.

O que há de novo nesta formulação é a afirmação de Descartes³⁸ de que os axiomas ou primeiros princípios não fazem parte da Ciência e que, portanto, não necessitam do fundamento divino. Como o Cogito é uma primeira noção, não necessita de Deus. E, assim, Descartes responde a pergunta de Mersenne quanto a necessidade de Deus para a certeza do Cogito.

A 2ª resposta a Mersenne (Segundas Objeções, "Em quarto lugar...").³⁹

Essa resposta é bastante semelhante à do §13 e do padrão retirado dele.

Observo de perto as razões do conhecimento de uma coisa, quando o entendimento a concebe claramente (ponto A). Não posso negar a sua verdade (ponto B). Mas, depois, esqueço as razões e só me lembro das conclusões (ponto C1). Mas me lembro de que foram deduzidas de princípios muito evidentes (ponto C2). O ponto C3 está junto com o ponto C1, porque esquecer as razões é o mesmo que deixar de considerá-las.

O ponto D aparece com clareza: posso ter uma firme e imutável persuasão dessas conclusões? O problema é que esqueci as razões e só posso ter certeza delas se Deus existir; caso contrário, tenho novamente a dúvida sobre as conclusões.

36. DESCARTES, 1979c: 158.

37. Ver nota 35.

38. Que parece ocorrer somente neste texto.

39. DESCARTES, 1979c: 161.

A resposta a ARNAULD.⁴⁰

A resposta de Descartes a Arnauld é muito breve, mas parece estar de acordo com a formulação padrão.

Descartes afirma que devemos distinguir entre aquilo que "em efeito concebemos com muita clareza" daquilo que "recordamos ter concebido muito claramente em outro tempo". Em nenhum momento Descartes afirma que o problema é o de não ter a lembrança das razões, mas posso supor que está pensando justamente nesta possibilidade. Ao falar da prova da existência de Deus enfatiza que tem uma atenção nas razões da sua demonstração. Essa atenção leva à demonstração de Deus e, portanto, à segurança de que o concebido clara e distintamente se preservará.

Em suma, ele começa dizendo que concebe presentemente a clareza e distinção (ponto A). O ponto B e C1 podem ser tomados como implícitos. O ponto C2 aparece explicitamente. O ponto C3 parece ser pensado implicitamente. Suponhamos que o motivo da dúvida seja o esquecimento das razões, para que possamos entender o ponto D. Esse ponto D deve ser entendido não como apresentando a possibilidade da dúvida, mas de um modo positivo, como já vimos acima. Se possuo a prova da existência de Deus, então elimino a dúvida radical, e posso ter certeza de que o que concebi no passado clara e distintamente é realmente seguro.

O § 15 da Quinta Meditação.

Este § 15 não pode coincidir com a formulação padrão, já que é uma finalização dos §§ 13 e 14, em que aparece o problema. Descartes parte da existência de Deus e da segurança das opiniões clara e distintamente concebidas. Neste caso, o motivo da dúvida é bastante claro, qual seja, o fato de que não lembro das razões. E Descartes afirma que não necessito, após Deus, lembrar delas, mas somente lembrar de que foram claramente compreendidas. O texto não reproduz a formulação padrão, e nem deveria, pois vai além, mas está plenamente de acordo com ela.

Conclusão

A análise da Quinta Meditação conduz a uma posição, ao que parece, isenta de circularidade, na medida em que afirma o Deus verás, como fundamento da Ciência, e não da regra da verdade. O problema da fundamentação não seria, então, o de saber se uma percepção clara e

40. DESCARTES, 1945: 232.

distinta é verdadeira, o que seria sempre assegurado, se ela fosse também uma percepção atual, mas de saber se as verdades dependentes de razões continuam verdadeiras, mesmo após me esquecer das razões que me levaram a julgá-las como tais.

Mas essa posição não pode ser defendida sem que se tenha uma interpretação dos §§ 2-5 da Terceira Meditação. Além disso, existem outros textos em que Descartes afirma que Deus é o fundamento da regra da evidência. No "Discurso do Método", quarta parte, ele afirma duas vezes que o critério de certeza recebe sua verdade de Deus.⁴¹ No "Resumo das Seis Meditações Seguintes", afirma que na Quarta Meditação ocorre a prova da regra da verdade.⁴² E, por fim, nas Respostas a Mersenne, num texto um pouco antes do que chamamos acima de 2ª resposta, afirma que somente supondo que Deus é enganador poderemos colocar em dúvida as coisas que concebemos com clareza e distinção. Essas formulações sumárias, junto com a formulação dos §§ 2-5 da Terceira Meditação, devem ser enfrentadas pelo comentador que pretenda explorar a formulação da Quinta Meditação.

Guérout, por exemplo, aceita a formulação da Terceira Meditação, e afirma que Deus deve fundamentar a regra da verdade, que só é válida no interior do Cogito.⁴³ Mas Beyssade não aceita que Descartes deseje fundamentar a regra da verdade, e afirma que o próprio Descartes solucionou o problema. Ele parte do fato de que Descartes sempre oferece a mesma resposta aos seus críticos, sendo essa a resposta-padrão à solução do problema, qual seja, a resposta contida na Quinta Meditação. Mas, Beyssade não cita a formulação da Terceira Meditação.⁴⁴ Não pretendo considerar às posições de Guérout e Beyssade, mas a posição de Geneviève Rodis-Lewis, que leva em consideração as duas versões (3ª e 5ª Meditações) e que parece chegar mais perto de uma efetiva resposta.

Para Geneviève⁴⁵ tanto as verdades demonstradas quanto os axiomas devem ser fundados em Deus, mesmo que os últimos sejam verdades auto-evidentes. Sua posição toma por base uma carta de Descartes a Regius e a "Diálogo com Burman". Nestes dois textos, Descartes parece afirmar que os axiomas são auto-evidentes, mas devem ser objeto de percepção atual para estarem assegurados. Somente na atualidade, na atenção, ou na persuasão é que podem ser considerados verdadeiros, independentes de Deus. Os axiomas são usados na prova da existência de Deus, mas aí

43. GUÉROULT, 1968: p. 237-247.

44. BEYSSADE, 1979: p. 317-338.

45. GENEVIÈVE, 1996

ocorrem na atualidade da prova. Estabelecida a prova, temos o fundamento das verdades que não estão sob nossa atenção atual. Deus, portanto, não só fundamenta as conclusões resultantes de demonstrações, mas também os axiomas que não estão sob nossa atenção. Neste sentido, também a regra de evidência é válida somente na atualidade e necessita de Deus para ser válida permanentemente. Para Geneviève é condição necessária e suficiente ter uma contínua cadeia de instantes de evidência presente para sermos conduzidos à conclusão de que Deus existe, fundamento que nos retira da eterna presença. Deus torna-se assim o fundamento do critério, dos axiomas e da ciência das conclusões.

Geneviève: 1) não precisa enfrentar o problema de fundamentar o critério de evidência (ao modo de Guérault), 2) encerra o problema na relação entre a atualidade e o passado, incluindo as conclusões e 3) encerra a validade dos axiomas dentro da atenção presente (persuasão), com o que não necessita apresentar a verdade dos axiomas como inteiramente independente de Deus.

Essa posição parece solucionar o problema da circularidade, detectado na análise da Terceira Meditação. A oscilação que apontei parece receber uma solução razoável.

Sustentei que a hipótese do Deus enganador eliminava a possibilidade da ciência, pois eliminava o critério de verdade. Com Geneviève pode-se argumentar que o critério vale dentro da percepção atual. A oscilação deve ser lida no sentido de que ao perceber atualmente as verdades (quando não penso no Deus enganador) tenho certeza de que se trata de verdades. Mas quando me volto para o Deus enganador não tenho mais certeza de tais verdades. Sendo assim, se me restringir à atualidade e demonstrar Deus, a fundamentação estará realizada sem círculo. A idéia de uma validade somente atual do critério faz a diferença (diferente da validade do critério exclusivamente para o Cogito, como em Guérault).

Não creio que tal sutileza resolva o problema, porque implicaria um absurdo, que nem Descartes sonharia em sustentar. A hipótese do Deus enganador coloca em dúvida as verdades percebidas com clareza e distinção, segue-se que colocam em dúvida a própria regra da clareza e distinção. Sem a regra não se pode realizar nada e a proposta de uma ciência desmorona.

A saída para essa conclusão negativa seria sustentar que a clareza e distinção atual está assegurada contra a hipótese do Deus enganador. Dentro da percepção clara e distinta tenho certeza de que o claro e distinto é idêntico à verdade. Mas se me volto para o Deus enganador, sou levado a crer que o claro e distinto pode não ser verdadeiro. Se

desejar prosseguir na descoberta de verdades, devo encerrar-me na percepção clara e distinta atual.

Ora, não podemos dizer que a percepção clara e distinta é válida na atualidade, porque a hipótese não desaparece quando concebo atualmente com clareza e distinção. Posso não estar pensando na hipótese do Deus Enganador, mas a hipótese de um tal Deus foi feita, logo o Deus enganador hipotético pode estar atuando no pensamento *ainda que não pense nele*. Uma hipótese não pode deixar de valer porque não penso mais nela. E, na interpretação em questão, uma hipótese deixaria de ser válida por alguns instantes e voltaria a ser válida, já que são alguns instantes que separam a oscilação entre a hipótese do Deus enganador e a percepção atual de alguma verdade clara e distinta.

Dizer que Deus só pode me enganar quando penso que pode me enganar e que não pode me enganar quando não penso mais nisso é uma conjectura insustentável. Pode-se supor que Descartes aceitaria a tese de que uma hipótese deixaria de ser válida porque não pensamos mais nela? O problema da circularidade dos §§ 2-5 da Terceira Meditação não parece ser resolvido com a tese de que a evidência atual pode escapar da hipótese do Deus enganador.

Abstract

The paper treats of the circularity problem in Descartes' project of grounding knowledge. The accusation of vicious circle is faced by analyzing two lines of argument Descartes self would have proposed in different places of his writings as responses to the objection. The first line is located at the Meditation First and demonstrated to be self-defeating. Then many other distinct passages, so as the Meditation Fifth, the Principles of Philosophy, two responses given to Mersenne and the famous response to Arnauld are classified as versions of the second line, which is in turn, to the extent that in such passages Descartes intends to justify the science of inferring and concluding but not the criterion of truth, presented as apparently free from circularity. Last it is argued that this second line of argument also involves some kind of difficulty: on the one hand it does not solve the problem that the first line left untouched, on the other hand it is plenty of ambiguity and so it turns out to replace the problem of the foundation of the criterion of truth.

Referências Bibliográfica

- BEYSSADE, J-M. *La Philosophie Première de Descartes* (Le Temps et la Cohérence de la Métaphysique). Paris, Flammarion, 1979.
- CLARKE, D. M. *La Filosofía de la Ciencia de Descartes*. s. ed. Madrid, Alianza Universidad, 1986.
- DESCARTES, R. *Discurso do Método*. 2ª ed. São Paulo, Abril Cultural, 1979a.
- DESCARTES, R. *Meditações Metafísicas*. 2ª ed. São Paulo, Abril Cultural, 1979b.
- DESCARTES, R. *Méditations touchant la Première Philosophie* in *Œuvres philosophiques*. (org. Alquié, F.) Paris, Garnier, 1963.
- DESCARTES, R. *Meditações sobre a Filosofia Primeira*. Campinas, CE - MODECON/IFCH-UNICAMP, 1999.
- DESCARTES, R. *Objções e Respostas*. 2ª ed. São Paulo, Abril Cultural, 1979c.
- DESCARTES, R. *Princípios da Filosofia*. 3ª ed. Lisboa, Guimaraes & C. Editores, 1978.
- DESCARTES, R. *Regras para a Direção do Espírito*. s. ed. Lisboa, Edições 70 Ltda, 1989.
- DESCARTES, R. *Obras Filosóficas*. s. ed. Buenos Aires, Librería "El Ateneo", 1945.
- FRANKFURT, H.G. *Memory and the Cartesian Circle*. In René Descartes: Critical Assessments. London, Routledge, 1996.
- GILSON, E. *Discours de la Méthode - Texte et Commentaire par Étienne Gilson*. 6ª ed. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1987.
- GUEROULT, M. *Descartes selon L'Ordre des Raisons*. 2ª ed. Paris, Aubier-Montaigne, 1968.
- LANDIM, R. *Evidência e Verdade no Sistema Cartesiano*. 1ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 1992.
- RODIS-LEWIS, G. On the Complementarity of Meditations III and V: From the "General Rule" of Evidence to "Certain Science". In René Descartes: Critical Assessments. London, Routledge, 1996.